

CONCEITO DE “DIFRAÇÃO” EM CRÍTICA TEXTUAL

Maurizio Perugi
Universit  de Gen ve

O chamado “método lachmanniano” foi teorizado e formulado pelo filólogo alemão Karl Lachmann, como método científico aplicado   fenomenologia da transmissão manuscrita dos textos, com o objetivo final da reconstru o do original perdido.

Um dos conceitos fundamentais elaborado por Lachmann   o da “lectio difficilior”, quer dizer, o da li o mais difícil. Quando os testemunhos manuscritos divergem, apresentando variantes,   precisamente a mais difícil que tem a probabilidade maior de conservar a li o original.

Isso acontece porque o copista, quando encontra no texto uma palavra difícil – rara ou desusada – sempre se inclina   banaliza o. O copista vai substituir a palavra difícil por outra mais compreensível para o público ao qual a obra está destinada.

Esta  , aliás, uma preocupa o comum aos editores e operadores culturais de toda época, pois o seu produto tem que ser proporcionado   capacidade dos leitores para o entender e aproveitar: basta pensar, por exemplo, na veste ling stica “italianizada” dos manuscritos que difundiram a lírica trovadoresca em Itália durante os séculos treze e catorze. Como o público destinatário daqueles cancioneiros era italiano, a língua original foi adaptada ao novo ambiente ling stico para facilitar a recep o.

Ora bem, infelizmente nem sempre o filólogo consegue individuar a “lectio difficilior”. Na tradi o manuscrita trovadoresca, por exemplo, a relativa ignorância que nós temos da língua provençal antiga, torna difícil, e até impossível, escolher, entre duas li o, a variante que tem a maior probabilidade de ser aquela do original.

Fala-se, neste caso, de variantes adiaforas, ou seja, indiferentes, pois todas são igualmente corretas e todas podem teóricamente pertencer ao original. Tem que ficar bem claro, porém, que a adiaforia muitas vezes   só um pretexto para esconder a nossa incompetência ling stica – uma falta que depende,   claro, do conhecimento ainda imperfeito que nós temos da língua medieval (neste caso, da língua provençal antiga, e sobretudo do seu patrim nio lexical).

Acabamos de ver, portanto, o que é “lectio difficilior” e o que é variante adifóra. Existe mais uma possibilidade, isto é, quando nenhuma das variantes transmitidas pode ser aceita, apesar de não ser manifestamente errônea.

Esta terceira possibilidade é a que propriamente corresponde à chamada “difração”.

O primeiro caso de difração resolvida encontra-se numa recensão feita pelo filólogo alemão Adolf Tobler à edição crítica do poema de *Saint Alexis* publicada por Gaston Paris em 1872, que é considerada o primeiro exemplo de edição *stricto sensu* lachmanniana no âmbito dos textos medievais.

Ao comentar a solução escolhida por Paris, a propósito do v.155, entre as variantes propostas pelos testemunhos manuscritos, Tobler não só acredita que a solução não é correta, mas argumenta também que nenhuma das variantes existentes tem a mínima probabilidade de representar a lição original: de fato, todas são errôneas por uma ou por outra razão. Vamos seguir detidamente a própria argumentação do Tobler.

O *Saint Alexis*, poema anônimo do século onze, é um dos textos mais antigos da literatura francesa. Trata-se de um poema hagiográfico, em que se narra a vida – idealizada – de santo Aleixo, cujo culto foi muito popular na França da Idade Média.

O *Saint Alexis* (que serviu também de modelo ao autor da *Chanson de Roland*) está escrito em versos assonantados de dez sílabas (que, como sabe, tornam-se onze se a sílaba final do verso é feminina, ou seja, quando o verso tem acento na penúltima).

No trecho do poema discutido por Tobler (vv.154-155 da edição citada), a mãe e a esposa estão chorando e lamentando a morte do santo:

Plainons ensemble le dol de nostre ami,
Tu del seinor, jo'l ferai por mon fil.

(trad.: ‘choramos juntas morte do nosso amado: tu por teu esposo, eu por meu filho’).

Vamos agora analisar as lições dos testemunhos que nos transmitem o poema:

ms. L	tu de tun <i>seinur</i> , jo'l frai pur mun filz
ms. A	tu pur tun <i>sire</i> e je pur mun chier filz
ms. P	tu pur tun <i>seignor</i> , je'l ferai por mun fiz
ms. p ²	tu tun <i>seignur</i> , je'l ferai por mun filz
ms. S	l'une son fil et l'autre son ami

De fato, nem uma das lições existentes pode-se dizer correta. O ms. A não respeita a chamada declinação imparissílaba, que o francês antigo ainda guardava:

pois o latim distinguia entre um sujeito *senior* e outros casos, todos com acento tônico sobre a vogal -o- (*seniōris, seniōrem* etc.); analogamente o francês tinha um caso sujeito *sire* e um chamado "cas régime" *seignor*, o qual abrangia todos os casos indiretos. Contrariando esta norma gramatical muito rígida, o ms. A emprega *sire* em lugar de *seignor*: portanto há aqui um erro, uma forma inaceitável na época em que foi composto o original, a qual já não era um erro, evidentemente, para o copista que transcreveu o texto em época mais recente.

Outro m., siglado P, escreve corretamente *seignor*; mas, neste caso, o erro concerne ao número de sílabas, que são onze em lugar de dez: portanto, fica uma sílaba a mais, demonstrando que também esta lição, embora seja gramaticalmente correta, não pode remontar ao original.

Temos uma confirmação desta exegese no ms. p², o qual está evidentemente relacionado com o precedente. O ms. p² também conserva o "cas-régime" *seignor*, mas, percebendo a conseqüente hipermetria, procura reconduzir o verso à medida correta, eliminando outra sílaba considerada desnecessária ao sentido geral da frase.

Modificação análoga é adotada pelo ms. L, onde *frai* (= ferai) conta evidentemente por uma sílaba só: trata-se, como se sabe, dum manuscrito anglo-normando, quer dizer escrito num dialeto em que já a vogal -e- em sílaba átona tende a não ser pronunciada, antecipando uma característica própria do francês moderno.

O último testemunho, o ms. S, muda o verso inteiro com uma intervenção radical, fornecendo mais uma prova de que o trecho do poema de que falamos está desgastado, e por assim dizer deturpado, no conjunto da tradição manuscrita.

Uma prova ulterior, acrescentada por Contini, é que o mesmo editor Gaston Paris não estava totalmente convencido do acerto da lição escolhida, e por isso mudou a sua opinião nas edições seguintes do *Saint Alexis*, aceitando sem reservas a proposta de Tobler:

tu por ton *per*, jo'l ferai por mon fil.

Com efeito, o exame da tradição manuscrita não pode senão conduzir à conclusão seguinte: o original trazia um substantivo monossílabo, sinônimo de *seignor*, que os copistas ou não compreenderam ou, mais provavelmente, julgaram oportuno glosar, isto é, substituir por uma palavra do mesmo significado. A solução da incógnita é precisamente, o substantivo *per*, derivado da palavra latina *par, paris*: trata-se na verdade dum tecnicismo jurídico, utilizado para designar o casado dum ou do outro sexo; na época sucessiva ao *Alexis* já se tornara um termo raro, desusado que os copistas quiseram mudar, sem contudo alterar o sentido complexo da frase.

A brilhante solução proposta por Tobler contém um ensino metodológico que escapou ao mesmo estudioso alemão, o que Contini teve o mérito de pôr em relevo e de desenvolver em todas as suas implicações, a partir duma conferência feita em 1958: *O "Saint Alexis" e a arte de editar os textos antigos*.

Naquela ocasião, Contini formulou o conceito de “difração”, utilizando uma metáfora ótica: “difração” designa propriamente o fenômeno pelo qual um raio de luz, passando através dum prisma, se decompõe nas várias cores do arco-íris.

De maneira análoga uma “lectio difficilior”, no momento de ser transmitida pelos testemunhos da tradição manuscrita, pode ser que perca a própria identidade, divergindo numa série de lições que podem ser tanto errôneas como adiáforas, mas de toda maneira mais fáceis (“faciliores”) com respeito à palavra original.

O caso resolvido por Tobler é uma difração “in absentia”: que dizer, nenhuma das variantes transmitidas conserva a lição do original, que se perdeu e agora precisa ser reconstruída através da comparação das lições supérlites.

A certeza de que se trata duma difração está diretamente proporcionada ao número dos testemunhos divergentes: quanto mais alto é o número das variantes, tanto mais alta é a probabilidade que nenhuma delas represente o original.

Nem sempre é possível reconstruir a lição perdida com uma margem de aproximação aceitável: neste caso, o editor terá que limitar-se a assinalar a natureza difraccional do problema, na espera que o progresso dos conhecimentos filológicos e lingüísticos permita propor uma solução razoável. O que fica certo, porém, é que admitir a impossibilidade de resolver um problema é muito melhor do que editar uma lição que, com muita probabilidade, ou até com absoluta certeza, é “facilior”.

Como já vimos, as variantes difracionais não são necessariamente errôneas. Trata-se muitas vezes de lições que seriam irrepreensíveis, ou de qualquer maneira aceitáveis do ponto de vista gramatical ou lexical, a não ser que o quadro difraccional no seu conjunto demonstre de maneira evidente a sua natureza de lições banalizadas ou trivializadas, e portanto não originais.

A pergunta quer se tem que fazer é a seguinte: uma palavra perfeitamente compreensível, quer dizer uma lição fácil para entender, por qual razão teria provocado uma desordem tão grande e uma divergência tão marcada nos testemunhos manuscritos?

Isso mesmo é a melhor demonstração de que já está superado aquele princípio paleo-lachmanniano que por um lado considera boa qualquer lição, só porque é formalmente correta, mas, por outro lado, considera erros as lições que não sejam imediatamente compreensíveis, pois a mesma experiência nos ensina que a verdade quase sempre se esconde nas lições mais obscuras e mais árduas para compreender.

Além das difrações “in absentia”, também existem difrações “in praesentia”, ou seja difrações em que uma das variantes representa efetivamente a lição original: neste caso o problema é não reconstruir, mas sim reconhecer, identificar com certeza a “lectio difficilior” no grupo das variantes banalizadas ou errôneas.

Uma vez mais, são considerações de ordem lingüística que nos permitem decidir se uma lição é por si capaz de provocar uma situação difraccional (ou não).

P.S. – Todas as contribuições que Gianfranco Contini dedicou ao conceito de “difração” foram recolhidas pelo mesmo Autor no volume *Breviário de Ecdótica* (Milano-Napoli, 1986; agora disponível também na edição econômica publicada por Einaudi, Torino). Entre os estudos mais recentes, ocupam-se especialmente com a “difração” os artigos de Guglielmo Gorni, “*Divinatio*”, “*lectio difficilior*” e *difrazione nella filologia di Contini*, e de Maurizio Perugi, *La dimensione linguistica nell’ecdótica di Contini*, publicados ambos na Miscelânea de homenagem *Super Gianfranco Contini*, «Filologia e Critica», XV, II,III, 1990, pág. 230-258, 259-280 (Roma, Salerno Editore).
